

Com mesa instalada, servidores do Dnit apresentam reivindicações ao MGI

A mesa específica e temporária dos servidores do Dnit foi instalada nessa quarta-feira, 10, em reunião com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Nessa primeira reunião o governo não formalizou proposta à categoria, o que deve acontecer no próximo encontro da mesa específica ainda sem data confirmada.

Os representantes dos servidores do Dnit fizeram uma apresentação completa ao MGI da atual situação do órgão, pontuando as principais reivindicações da categoria. Entre os pontos centrais está o avanço no processo que trata da remuneração em forma de subsídio para as carreiras do Dnit, que tramita junto ao Ministério dos Transportes. Outra demanda é a publicação de decreto para resolver temporariamente o problema das promoções no Dnit, juntamente com a sugestão de estabelecer a autonomia do Dnit no processo de promoção funcional com a alteração da Lei 11.171/05.

Recomposição e Reestruturação

Nas últimas reuniões das mesas temporárias e específicas, o secretário de Relações do Trabalho, José Lopez Feijóo, vem afirmando que o governo tem agora como prioridade a recomposição salarial já que os servidores federais ficaram seis anos com salários congelados. Mas que, passada essa fase das negociações, um estudo amplo sobre carreiras será o foco. A ideia do MGI é reestruturar as carreiras pensando na estrutura de Estado em conjunto, de forma a unificar e simplificar cargos, o que virá também como uma medida em substituição à PEC 32, da reforma Administrativa.

A reestruturação de carreiras dos serviços públicos deverá ser, de acordo com o MGI, o tema a ser debatido após concluído o ciclo de negociações específicas. No foco desse debate vão estar temas como adequação, redução de cargos, implementação da transversalidade, entre outros. Outro assunto que a SRT

tem como prioritário é o processo da Convenção 151 da OIT, que regulamenta a negociação coletiva no setor público.

Recentemente, algumas categorias aprovaram por maioria firmar acordo com o governo e foram assinados termos aditivos. Foi o caso dos servidores arquitetos, engenheiros, economistas, estatísticos e geólogos dos diversos órgãos federais que ocupam cargos efetivos da Lei 12.277/2010, servidores do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal da Lei 10.682/2003 e também do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, da Lei 11.095/2005.

Confira a seguir os termos aditivos assinados para essas categorias:

- > Aditivo ao Termo de Acordo nº 8/2024 (Servidores da Lei 12.277/2010 e 10.682/2003)
- > Aditivo ao Termo de Acordo nº 8/2024 (Servidores DPRF da Lei 11.095/2005)

Sindsep realiza assembleia com servidores do IBAMA

Direção do Sindsep/MA participou na manhã de hoje, 12, de reunião com servidores do IBAMA que estão em mobilização permanente pelo retorno das negociações sobre o Plano de Cargos e Carreira da categoria.

Na oportunidade ficou decidido que o sindicato fará uma nova reunião com os servidores na quarta-feira, 17, a partir das 9:30h para tratar da seguinte pauta; assinatura de ponto, representatividade e preparação de uma audiência pública para tratar da situação dos órgãos ambientais e também como forma de pressão dos servidores para a reunião das entidades representativas que acontecerá com o Ministério da Gestão e Inovação (MGI) no mesmo dia.

A reunião com o MGI tem como pauta rever os percentuais de trabalhadores que precisam continuar trabalhando, de acordo com a Liminar do STJ, que na prática inviabiliza o movimento paredista.



“Nós precisamos manter a categoria mobilizada. Para tanto, é muito importante que busquemos estratégias que além de dar visibilidade ao movimento, dialogue com a sociedade sobre o que está ocorrendo com os servidores”, disse João Carlos Lima Martins, presidente do Sindsep/MA.

Marcha Mundial das Mulheres destaca papel do feminismo nas lutas sociais

O 3º Encontro Nacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) 'Nalu Faria', realizado em Natal (RN) entre os dias 6 e 9 deste mês, teve como resultado a publicação de uma declaração reforçando o papel do feminismo para a construção da agenda de lutas coletivas dos movimentos sociais e populares.

O documento enumera a diversidade das mulheres no movimento, que inclui trabalhadoras do campo e da cidade, negras, lésbicas e bissexuais, jovens, transsexuais, quilombolas, indígenas, sindicalistas, idosas e com deficiência.

Mais de mil mulheres, segundo a organização, de 24 estados participaram do evento sob o mote "Derrubar esse sistema com força e rebeldia, organizar as mulheres sem perder a ousadia: sonhar e lutar como Nalu Faria".

Nalu foi uma militante feminista, coordenadora da MMA, e teve papel de destaque na articulação pelos direitos das mulheres no Brasil, falecendo em 2023.

A marcha em Natal foi construída pela Marcha Mundial de Mulheres em parceria com a CUT e outras organizações populares, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Central de Movimentos Populares (CMP).

"Como movimento popular, assumimos o desafio de fincar os pés em cada município, vilarejo, comunidade e assentamento. E de organizar um movimento massivo de mulheres para



que o feminismo seja um lugar de cuidado, afeto e, principalmente, de luta", frisa o texto.

A secretária nacional da Mulher Trabalhadora da CUT, Amanda Corsino, assumiu no encontro uma cadeira na direção executiva da Marcha Mundial de Mulheres. Amanda afirma a grande participação de mulheres jovens em Natal "mostrou a força de renovação que o movimento de mulheres é capaz de produzir."

"As organizações sociais devem se inspirar na potência do modelo de luta das mulheres. Foi esse movimento que está freando o PL do Estuprador, ou seja, fazendo frente a um Congresso que sabemos a força que tem", disse a secretária.

O protagonismo da mulher nas conquistas sociais

O movimento ressaltou ainda a importância do feminismo na resistência ao fascismo, com destaque para o enfrentamento ao bolsonarismo e à vitória do presidente Lula nas eleições de 2022.

"Estamos convencidas de que a força feminista organizada é capaz de impor derrotas à extrema

direita, como as recentes mobilizações que interromperam a tramitação do PL 1904", destaca o documento, em referência ao Projeto de Lei do Aborto, que levou milhares de mulheres às ruas em todo o país.

O documento ressalta ainda a luta tanto por uma maior representatividade na política institucional quanto na influência em políticas imediatas, incluindo a Política Nacional de Cuidado e o rompimento da divisão sexual e racial do trabalho.

"Queremos mudar o mundo mudando a vida das mulheres e nossa estratégia para isso é a auto-organização em cada lugar em que vivemos, trabalhamos e atuamos", cita o documento.

Nesse sentido, são pontuadas as lutas pelos territórios, contra os agrotóxicos e a lógica da indústria farmacêutica, em direção a uma economia feminista e à reforma agrária.

Declaração elaborada pela Marcha Mundial de Mulheres.

Fonte: www.cur.org.br/noticias